

**REQUERIMENTO** Número / ( .ª)

**PERGUNTA** Número / ( .ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Ex. ma Sr.ª Presidente da Assembleia da República**

As zonas raianas do Nordeste Algarvio e Sudeste Alentejano enfrentam, desde há algumas décadas, um processo de crescente desertificação económica e demográfica. Reconhecidamente, a melhoria da navegabilidade do rio Guadiana, da foz até Mértola, reveste-se de uma importância fundamental para contrariar este fenómeno.

O rio Guadiana desde a Antiguidade que constituiu uma via de comunicação privilegiada, integrando o trajeto entre as cidades do norte e o litoral algarvio e andaluz. A partir de meados do séc. XIX, a exploração das minas de S. Domingos, assim como das minas espanholas, veio intensificar fortemente a navegação fluvial. Nos finais do séc. XIX, pelo porto de Pomarão, situado a 50 km da foz, circulavam cerca de 400 navios por ano, transportando centenas de milhares de toneladas de minério. Após o encerramento das minas de S. Domingos, nos anos 60 do século passado, as condições de navegabilidade do rio Guadiana começaram a degradar-se.

Em 2004, o Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos concluiu um estudo sobre a navegabilidade do rio Guadiana, compreendendo o troço entre a foz e a vila de Mértola, o qual foi submetido a procedimento de Avaliação de Impacto Ambiental.

Em Julho de 2005, foi emitida, relativamente a este estudo, uma Declaração de Desconformidade, devido essencialmente às intervenções previstas para o troço do rio Guadiana entre o Pomarão e Mértola, as quais implicavam ações de desmonte de rocha e de um açude artificial frente a Mértola.

Perante esta situação e tendo em conta que o troço compreendido entre a foz e o Pomarão se reveste de menor complexidade, decidiu o Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos avançar, numa primeira fase, apenas com o projeto de navegabilidade do Guadiana entre a foz e o Pomarão.

Em 2008, na sequência de um concurso público, o Estudo de Impacto Ambiental do Projeto de

Navegabilidade do Rio Guadiana entre a Ponte Internacional e o Pomarão foi adjudicado à empresa NEMUS – Gestão e Requalificação Ambiental.

Em resposta a um requerimento do Grupo Parlamentar do PCP, o Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, informou, no dia 5 de Junho de 2009, que o novo Estudo de Impacto Ambiental estaria concluído até finais de Junho de 2009, sendo posteriormente enviado para Avaliação de Impacto Ambiental, a ser concluída até finais de 2009, seguido por processo concursal para o Projeto de Execução, com vista ao lançamento da empreitada no final de 2010.

Nenhum destes prazos foi cumprido! Importa pois, tendo em conta a importância deste projeto para o desenvolvimento do Nordeste Algarvio e Sudeste Alentejano e para inverter o processo de desertificação económica e demográfica que afeta profundamente estas regiões, clarificar as intenções do Governo e apurar as medidas que pretende concretizar relativamente à intervenção no rio Guadiana com o objetivo de o tornar navegável, numa primeira fase, da foz até ao Pomarão.

Pelo exposto e com base nos termos regimentais aplicáveis, vimos por este meio perguntar ao Governo, através do Ministério da Economia e do Emprego, o seguinte:

1. Reconhece o Governo a importância da melhoria da navegabilidade do rio Guadiana, das infraestruturas e serviços portuários e da reabilitação das margens, para o desenvolvimento do Nordeste Algarvio e Sudeste Alentejano e para inverter o processo de desertificação económica e demográfica que afeta profundamente estas regiões?
2. Já foi concluído o procedimento de Avaliação do Impacto Ambiental? Quais suas as conclusões?
3. Quando será lançado o concurso para o Projeto de Execução?
4. Quando será iniciada a intervenção no rio Guadiana? Quando se prevê que esteja concluída?

Palácio de São Bento, sexta-feira, 24 de Fevereiro de 2012

Deputado(a)s

PAULO SÁ(PCP)

JOÃO RAMOS(PCP)